

Inclusão Social: o educador superando limites e vencendo preconceitos

Neide Aparecida Arruda de Oliveira

*Professora das Faculdades Integradas Teresa D'Ávila - Fatea
Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade de Taubaté – Unitau
mnoliveira9@uol.com.br*

Glaucilane Maria Martins da Silva Figueiredo

Graduada em Pedagogia – lanebi@hotmail.com

Marina Aparecida Caetano Nunes

Graduada em Pedagogia - marina.nunes9@gmail.com

Resumo

Neste artigo aborda-se o tema Inclusão social: o educador superando limites e vencendo preconceitos. Para tanto, levanta-se a questão: “Como o educador com deficiência visual tenta superar as suas limitações no ambiente escolar?”. O objetivo é promover uma reflexão sobre a inclusão social dos educadores, conhecendo os desafios, as condições, os recursos e suas limitações no ambiente escolar. Pretende-se com este trabalho observar as dificuldades do educador com deficiência visual e sua própria aceitação. Deste modo, este trabalho poderá ajudar o educador a superar o preconceito enfrentado no cotidiano. A pesquisa trata-se de um estudo de caso realizado com um educador deficiente visual. Foi elaborado um questionário, com o propósito de conhecer os desafios e as superações do educador. O local de estudo será em uma sala da secretaria de educação, em um município do Vale do Paraíba-SP, onde o educador trabalha atualmente ministrando cursos de formação inclusiva para professores. Foram realizadas leituras de referencial bibliográfico para a realização do estudo exploratório com análise qualitativa. Os procedimentos para realização da coleta de dados da pesquisa foram obtidos com a realização de um questionário e visita ao local para verificar as condições de adaptação da educadora. Diante de todos os desafios e superações, conclui-se que a educadora com deficiência visual soube defrontar o preconceito e as limitações, trabalhando em prol da inclusão.

Palavras-chave

Inclusão social; deficiência visual; educador

Abstract

This paper shows the theme Social inclusion: the educator overcoming limit sand overcoming prejudices. To do so, raises the question: "How the teacher visually impaired attempts to overcome the limitations in the school environment?". The aim is to promote are flection on the social inclusion of educators, knowing the challenges, conditions, resources and limitations in the school environment. The aim of this work wasto observe the difficulties of the teacher with visual impairments and their own acceptance. Thus, this work may help the educator to overcome the prejudice faced in everyday life. The research it is a case study conducted with a blind teacher. A questionnaire was developed, in order to meet the challenges and surpassing the teacher. The study site is in a room of the secretary of education, inacity of ParaíbaValley-SP, where the educators currently working through training coursesfor teachersinclusive. Readings were taken of bibliographic references for the study

exploratory qualitative analysis. The procedures for blood sampling of the survey data were obtained from the questionnaire and conducting a site visit to verify conditions of adaptation of the educator. With all the challenges and overruns, it is concluded that the teacher knew visually impaired face prejudice and limitations, work for inclusion.

Keywords

Social inclusion; Visual impairment; Teacher

Introdução

A inclusão social no Brasil se destacou a partir do século XIX e no mercado de trabalho foram ampliadas as oportunidades de expressarem suas capacidades no que diz respeito a deficientes. As empresas têm colaborado muito para a transformação da sociedade, visto que a mesma também tem mudado seu conceito sobre inclusão, pois para ampliar e garantir o acesso ao trabalho foi-se instituído as cotas nas empresas para serem preenchidas por deficientes. No Brasil, o número de deficientes no mercado de trabalho tem crescido, e isso mostra a capacidade das pessoas que possuem alguma deficiência de se inserirem na sociedade dentro do campo social, educacional e no mercado de trabalho, pois não são pessoas diferentes das demais e possuem potenciais.

Trazer as diferenças para dentro da empresa combate o preconceito e reconhece a igualdade entre as pessoas, pois isso é uma atitude que faz parte da ética a ser adotada como valor e prática dos negócios.

As empresas podem obter diversos benefícios por adotarem uma política inclusiva em relação à pessoa com deficiência. Um dos maiores benefícios na contratação de deficientes é cumprir a lei de cotas e também uma estratégia para serem vistas como empresas que valorizam e respeitam o ser humano, buscando contribuir para uma sociedade melhor, sendo assim os deficientes devem estar inseridos devidamente na função que melhor desempenhem.

Na educação, o deficiente também busca sua autonomia para que possa ser aceito no ambiente escolar. Na década de 1990, garantiu-se uma educação para todos, transformando assim pessoas capazes de atingirem seu potencial.

O educador com deficiência pretende sempre mostrar seu potencial, buscando novos desafios para que realmente a inclusão aconteça dentro do ambiente escolar.

A questão da inclusão de pessoas com deficiência em todos os recursos da sociedade ainda é muito incipiente no Brasil. Movimentos nacionais e internacionais têm buscado um consenso para formatar uma política de inclusão de pessoas com deficiência na escola regular.

Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências (BRASÍLIA, 1989, s.p.).

O Congresso Nacional através da Lei 7853, de 24 de outubro de 1989, presente no artigo 1º, assegura aos portadores de necessidades especiais, direitos individuais, sociais e integração com a sociedade (BRASÍLIA, 1989, s.p.).

Neste trabalho, aborda-se o tema inclusão do professor com deficiência visual no ambiente escolar, enfocando a vivência, a aceitação e a dignidade desses educadores.

Este estudo pretende promover uma reflexão sobre questões que possam contribuir para a prática do professor com deficiência visual.

A elaboração deste trabalho surgiu a partir da leitura da reportagem da Revista Nova Escola, outubro 2006, cujo tema é “Educadores como você” que abordava a superação de professores com deficiências em sala de aula.

Cavalcante (2006) relata o depoimento de um professor de História que ouviu um aluno espantado dizer que não acreditava que o professor não enxergava nada conseguisse dar aula e que seria muito fácil para os alunos não prestarem atenção na aula e irem embora sem que o professor notasse a ausência dos alunos devido a sua deficiência. A resposta do professor ao aluno foi que o mesmo sabia dar aula direito, pois a sua deficiência não o atrapalhava.

Dentro da reportagem, uma deficiência que mais chamou atenção foi à visual, por isso esse trabalho será destinado à pesquisa dessa deficiência.

A ideia de registrar o trabalho realizado com o professor possibilitará verificar, que embora haja ainda muito a ser feito na educação de deficientes visuais, trabalhos de pesquisa estão sendo realizados.

A partir de então, através da reportagem surgiu o questionamento: Como o educador com deficiência visual tenta superar as suas limitações no ambiente escolar?

Inclusão Social

A discussão em torno da inclusão é algo fundamental. De acordo com Alli; Sauaya (2006, p.60), “define-se inclusão social como um processo de inserção na sociedade de cidadãos que dela foram excluídos, no sentido de terem privados do acesso a seus direitos fundamentais.” Os mesmos autores afirmam que a inclusão no Brasil teve início no século XIX, com o objetivo de inserir as pessoas que eram excluídas por possuir alguma deficiência na sociedade, seja no âmbito social, educacional e no mercado de trabalho.

Com a abertura da inclusão no Brasil, a sociedade começa a ter uma nova visão sobre as pessoas com deficiências. As iniciativas partiram de instituições que buscavam acolher pessoas com deficiência, oferecendo cuidados básicos, voltados à caridade e à assistência. Essa nova postura foi uma grande evolução para a época, mas mesmo assim continuavam sendo tratadas como pessoas inferiores e subalternas. (ALLI; SAUAYA, 2006, p.13)

Segundo Alli; Sauaya, (2006, p.14), no século XX, principalmente depois das duas guerras mundiais, tornou-se maior a preocupação com a reabilitação das pessoas com deficiência.

Nessa época, o poder público não priorizava o atendimento dessas pessoas, e o cuidado delas acabou ficando por conta de organizações assistenciais e humanitárias. O Estado limitava sua responsabilidade ao repasse de verbas para as instituições. Foi assim que surgiram inúmeras entidades e espaços de atendimento, como escolas especiais, centro de reabilitação e oficinas de trabalho (ALLI; SAUAYA, 2006, p.14).

Parafraseando Pastore (2001), a sociedade não está preparada para inclusão, pois as pessoas com quem convivemos têm infinitudes de diferenças, sendo umas mais magras e outras mais gordas; existem as mais baixas e as mais altas, pessoas com deficiência física e motora, sendo pessoas de vários tipos. Diante de todas as infinitudes, a sociedade se “prende”

somente na aparência, não observando a capacidade que o outro tem de executar tarefas, impedindo-o de incluí-lo na sociedade.

Inclusão do deficiente no Mercado de Trabalho

Conforme o artigo 5º da Constituição Federal de 1988 assegura-se que todos, perante a Lei, são iguais (BRASIL, 1988, s.p.).

No Brasil há uma enorme população com deficiência. De acordo com CENSO (2000) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) cerca de 24,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, isso significa 14,5% da população do país.

A grande ampliação do número oficial de pessoas portadoras de deficiência gerou alguma polêmica, mas ela permite dimensionar mais corretamente as políticas públicas e mostra o tamanho do desafio que o país tem pela frente para se tornar inclusivo (ALLI; SAUAYA, 2006 p.12).

Segundo Pastore (2001), o número de pessoas deficientes com oportunidades de se inserirem no mercado de trabalho é pequeno, pois a não aceitação tem origem na sociedade na qual vivemos, onde em vários ambientes observam-se condutas discriminatórias. A sociedade coloca barreiras antes mesmo das pessoas com deficiência mostrarem-se capazes de realizar tarefas. Quando essas barreiras são quebradas, a sociedade passa a ter um novo olhar, promovendo condições adequadas.

Na prática, essa pessoa sai da categoria dos portadores de deficiência, o que significa dizer que a sociedade e a cultura desempenham um importante papel na própria definição, assim como na interpretação e superação das dificuldades dos portadores de deficiência (PASTORE 2001, p.14).

A sociedade tem um papel importante na superação das pessoas com deficiência. Muitas pessoas que não possuem deficiência, quando se deparam com pessoas com deficiência ficam sem atitudes, se sentem desconfortáveis com a situação, colocam o deficiente como “diferente”, e isso faz com que eles se sintam discriminados perante a sociedade.

Dentro da sociedade, porém, as pessoas que portam algum tipo de limitação física, sensorial ou mental são mais sujeitas a preconceitos. Em muitos ambientes observam-se condutas abertamente discriminatórias, que tendem a ver os portadores de deficiência como pessoas dependentes e incômodas (PETERS, 1996 apud PASTORE, 2001, p.13).

Nas últimas décadas, houve grandes esforços do legislativo, com a intenção de integrar os deficientes no mercado de trabalho (PASTORE 2001). Várias leis nacionais e convenções internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU, 1993), a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1997), a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE, 1997), estimulou os deficientes a se organizarem para buscar seus direitos (PASTORE 2001). Em 1975, a ONU aprovou a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, no artigo 3º que diz:

As pessoas portadoras de deficiência têm o direito inerente de respeito por sua dignidade humana. Qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, os seus portadores têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade, o que implica, antes de tudo, o direito de desfrutar uma vida decente, tão normal e plena quanto possível (ONU, 1975, s.p.).

Também Pastore (2001, p.35) afirma que “as pessoas portadoras de deficiência têm o direito de ter as suas necessidades especiais levadas em consideração em todos os estágios de planejamento econômico e social”.

Em 1982, a ONU, aprovou no artigo 12º o Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência, que diz:

A igualdade de oportunidades é o processo mediante o qual o sistema geral da sociedade – o meio físico, cultural, a habitação, o transporte, os serviços sociais e de saúde, as oportunidades de educação e de trabalho, a vida cultural e social, inclusive as instalações esportivas e de lazer – torna-se acessível a todos (ONU, 1982, s.p.).

A ONU adotou então no dia 3 de dezembro, o Dia Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiência (ONU, 1993). Todos os instrumentos de âmbito internacional foram aprovados pelo Brasil na Constituição Federal de 1988, e decidiu integrar uma norma geral no artigo 3º que:

Constituem objetivos fundamentais da Republica Federativa do Brasil: IV – promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988, s.p.).

Conforme o Decreto n.914/93 no Artigo 3º, passou-se a considerar a pessoa com deficiência aquela que:

Apresenta, em caráter permanente, perdas ou anomalias de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado, normal para o ser humano (BRASIL, 1993,s.p.).

A partir de 1996, aumentaram de forma abundante as leis nacionais e convenções internacionais dos direitos das pessoas deficientes (PASTORE 2001, p. 41).Alli; Sauaya (2006, p.26) afirmam que a Leis de Cotas nas empresas servem para garantir e ampliar o acesso de deficientes ao trabalho.

Segundo Pastore (2001, p.47), a Lei n. 8.213/91 estabeleceu cotas compulsórias que devem ser cumpridas no meu momento da demissão ou admissão de um funcionário com deficiência. Conforme o artigo 93 desta lei, as empresas privadas que possuem mais de 100 funcionários empregados passaram a obedecer de forma assim: de 100 a 200 funcionários empregados, 2%; 201 a 500, 3%; de 501 a 1.000, 4% e de 1.001 ou mais, 5%. Também em concursos públicos essa porcentagem se mantém. A Lei de Cotas também afirma que os deficientes têm que ser tratados com igualdade, concorrendo a essas vagas nas mesmas

condições que as outras pessoas, sendo importante mostrar que a sua competência profissional faz com que vença o preconceito. O não cumprimento da Lei de Cotas pode trazer um prejuízo diário para o empregador de R\$ 100 mil por cada cargo não preenchido.

O empregador nem sempre está pronto para entender o problema do deficiente e encontra dificuldades de preparar o ambiente para a inclusão desse empregado, até as famílias, em vários casos, tem dificuldades de receber um membro que seja deficiente (PASTORE 2001, p.61). No mercado de trabalho, os deficientes são vistos como pessoas que geram custos e isso leva muitas empresas a não empregá-los, isso também mostra que sua inserção não só depende da superação de preconceitos, mas da viabilização econômica de sua adaptação (PASTORE 2001, p. 61).

Segundo Alli; Sauaya (2006, p.11), pessoas perguntam “o que eu tenho a ver com isso?”. Tudo isso tem a ver com um mundo mais unido e melhor, pois as pessoas podem fazer parte de um movimento de inclusão social coletivo, que têm como base o desenvolvimento de respeito pelo outro. Alli; Sauaya (2006, p.16) afirmam que “quanto maior a participação das pessoas com deficiência nas atividades sociais, mais a sociedade se educa para inclusão”. O trabalho é sempre um direito de todos, pois cada ser humano tem seu talento, habilidade e competência. Se desenvolver profissionalmente acaba possibilitando sua autonomia financeira e social.

A Lei n. 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê que a criança e o adolescente, portadores de deficiência, receberão atendimento especializado. Essa mesma lei tende a garantir ao adolescente portador de deficiência o trabalho protegido (ECA, 1990).

A garantia à educação especial aos portadores de deficiência está escrita na Lei n. 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (PASTORE, 2001, p. 51).

Inclusão de deficientes na educação

Segundo Prieto (2002), a educação assume um papel de destaque na visão das políticas governamentais brasileiras. Foi a partir da década de 1990 que se fortaleceu a proposta que revelou a intenção de garantir uma educação para todos. Compromissos firmados na Constituição Federal de 1988.

Art. 205 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, s.p.).

Segundo Pastore (2001), a declaração de Salamanca teve início em 1994;

Em 10 de junho de 1994, na Declaração de Salamanca (Espanha), a ONU, em reunião realizada para tratar da educação especial, firmou um compromisso, em parceria com os países membros, de estruturar e executar serviços de educação, formação e reabilitação dos portadores de deficiência em todo mundo (PASTORE 2001, p. 35).

Segundo Silva (2003), o objetivo primordial da Declaração de Salamanca é a inclusão do aluno com necessidades especiais, que defende conseguir uma educação sem distinção para todos.

Parafraseando Silva (2003), a educação especial no Brasil foi institucionalizada a partir da década de 70 no século XX e a cada período foi surgindo diversos órgãos federais para atender a educação especial no país.

No dia 20 de dezembro de 1996, foi promulgada a Lei nº 9394 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no capítulo V é todo reservado à Educação Especial.

Art.60 - O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular do ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo (BRASIL, 2006, s.p.).

Ainda Silva (2003), a Educação Especial teve quatro períodos distintos: o 1º a exclusão das crianças que nasciam com alguma deficiência eram abandonadas e eliminadas; o 2º negligência, onde só eram atendidos os casos mais graves, os mais leves não se tomavam conhecimento; o 3º a integração, o portador de necessidade especial tinha que se adaptar para ser aceito e o 4º inclusão, inicia um trabalho de inclusão de portadores de necessidades especiais nas escolas de ensino regular, no qual a sociedade é envolvida.

Sartoretto (2001, p. 101) define inclusão escolar como um processo profundo e abrangente de reforma do sistema escolar. A escola é um espaço que deve acolher a diversidade e acredita que a sala de aula é o local privilegiado para vivenciar as diferenças.

Parafraseando Melli (2001), a inclusão é um assunto que causa incômodo em algumas pessoas, em geral no campo educacional, pois a inclusão só se caracteriza quando as escolas se abrem às modificações.

A inclusão implica, em primeiro lugar, aceitar todas as crianças como pessoas, como seres humanos únicos e diferentes entre si. As diferenças individuais existem entre todos nós e não se justifica classificar grupos de pessoas como sendo especiais, e segregá-los na escola e em outros ambientes de vida (MELLI, 2001, p.17).

A inclusão escolar acontece quando o currículo escolar reflete o meio social e cultural no qual a criança está inserida, além de mudanças na prática pedagógica (MELLI, 2001, p. 23).

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no artigo 205 que diz:

A educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, s.p.).

Toda criança tem o direito fundamental à educação. Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas. Aquelas com necessidades educacionais especiais precisam ter acesso à escola regular, que

deveria acomodá-las dentro de uma pedagogia capaz de satisfazer essas necessidades (CNBB, 2005, p.62).

Segundo o Censo Demográfico de 2000 do IBGE, apenas 7,2% das pessoas com necessidades especiais são alfabetizadas contra 84,3% da população. A taxa de analfabetismo é altíssima nessa parcela da população.

A inclusão não significa automaticamente aprendizado e alfabetização. A qualidade de ensino e o currículo, normalmente não são adaptados às necessidades das crianças com deficiência. Muitas escolas prestam mais atenção aos impedimentos do que aos potenciais de tais pessoas (CNBB, 2005, p. 62).

Pessoa com deficiência

De acordo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a palavra “deficiência” evoca ausência, anomalia ou insuficiência de um órgão, de uma função fisiológica, intelectual ou até social. A noção de deficiência é complexa e está associada à ideia de imperfeição, fraqueza, carência, perda de qualidade e quantidade. O termo vem do latim tardio *deficientia* e significa falta, enfraquecimento, abandono. Seu emprego exige cuidado e reflexão.

A palavra deficiência não é negativa em si mesma e designa uma realidade. Alguns confundem a deficiência com o seu portador ou com o deficiente. Quando a deficiência é assimilada à pessoa, esse termo pode ser usado de forma discriminatória e injusta. A deficiência passa a ser vista como uma mancha, um defeito, uma mácula, uma pecha, uma tara e até como um vício. Importa refletir sobre esta realidade, saber distinguir e ver a pessoa na deficiência e não a pessoa como um deficiente (CNBB, 2005, p.32).

Parafraseando o CNBB (2005), a noção de deficiência ainda é confundida com a de incapacidade, pois uma pessoa pode ser considerada parcialmente ou totalmente incapaz de realizar uma atividade em comparação ao que se considera parâmetro normal para um ser humano. O meio em que vivemos e o contexto cultural e social incapacitam, pois se não houver rampas de acesso num edifício, uma pessoa com deficiência motora, em cadeira de rodas, não poderá entrar. Se não houver código braile nos botões de um elevador, uma pessoa com deficiência visual não poderá subir sozinho em um determinado andar. A incapacidade é a perda ou a limitação das oportunidades de participar da vida em igualdade de condições com os demais. Segundo a CNBB (2005), a sociedade tem vários termos e expressões para designar, caracterizar e diferenciar as pessoas com deficiências, como: parálítico, anormal, mongoloide, alienado, aleijado, portador de necessidades especiais, coxo, manco, especial, cego, inválido, surdo-mudo, imperfeito, retardado, débil mental, excepcional, PC etc.

Cada época introduz novos termos para designar as pessoas com deficiência e condena os termos anteriores. Muitas vezes, a semântica amaciada, pretensamente não discriminatória e bem intencionada acaba escondendo, e bem específica. Está diante de uma realidade diferenciada inegável. Mesmo quando os termos empregados parecem ser ou pretendem parecer politicamente corretos (CNBB, 2005, p.34).

A pessoa com deficiência é muito maior do que suas deficiências e suas circunstâncias. Uma pessoa não deve ser reduzida, nem identificada com seus limites sensoriais, mentais e motores. Mas ela pode ser entendida e acolhida sem eles. (CNBB, 2005, p.35).

Hoje, a tendência é para uma suavização dos termos. A busca sempre renovada de expressões mais adequadas, socialmente positivas, para designar essas condições diferenciadas, não deve ser a ocasião de uma nova alienação. Um dos primeiros passos para transformar em graça o que poderia tornar-se uma desgraça, está na capacidade de nomear, sem subterfúgios, as realidades vividas, mesmo se indesejadas (CNBB, 2005, p.35).

Parafraseando a CNBB (2005), a deficiência não é sinônimo de doença, ela não é contagiosa, as pessoas com deficiência têm necessidades especiais na área da saúde.

Deficiência Visual

Entre todos os sentidos, a visão é o meio mais importante para a interação, assimilação e aprendizagem, sendo que 80% das informações que recebemos vêm por meio dele (LARAMARA, 2011). Segundo Laramara (2011), pessoas com deficiência visual podem ter baixa visão ou ser cegas. Pessoas que são cegas possuem outros sentidos para sua aprendizagem, como o tato, o olfato, o paladar e a audição. Esses sentidos externos são integrados ao cérebro, possibilitando a análise e compreensão do ambiente para que haja boa adaptação ao meio, à percepção.

A baixa visão é a alteração significativa da capacidade funcional da visão, decorrente de fatores isolados, tais como: baixa acuidade visual significativa, redução importante do campo visual, alterações para visão de cores e sensibilidade aos contrastes, que interferem ou limitam o desempenho visual (LARAMARA, 2011, s.p.).

Segundo a CNBB (2005), a pessoa com deficiência visual nem sempre precisa de ajuda, mas é importante cada pessoa oferecer este auxílio perguntando para a pessoa e se a mesma aceita. A melhor forma de ajudá-la é colocar a mão da pessoa com deficiência visual no cotovelo dobrado de quem ajuda, para que ela acompanhe os movimentos do corpo de quem ajuda, enquanto vai andando.

É sempre bom avisar, antecipadamente, a existência de degraus, pisos escorregadios, buracos e obstáculos em geral durante o trajeto. Num corredor estreito, por onde só é possível passar uma pessoa, colocar o seu braço para trás, de modo que a pessoa cega possa continuar seguindo você. Para ajudar uma pessoa cega a sentar-se, deve-se guiá-la até a cadeira e colocar a mão dela sobre o encosto da cadeira, informando se esta tem braço ou não. Deixar que a pessoa sente-se sozinha. Ao ir embora, sempre avisar a pessoa com deficiência visual (CNBB, 2005, p.125).

Ainda Laramara (2011) afirma que a baixa visão nem sempre é percebida pelos professores e pais, por isso é fundamental que se faça uma avaliação oftalmológica para que se possa detectar o problema visual em crianças, orientá-las e encaminhá-las para sua educação. Parafraçando Souza (2008), o sistema Braille foi criado por Louis Braille em 1825, na França.

O código Braille é composto por uma combinação de pontos dispostos em uma célula de três linhas e duas colunas. Por meio da combinação desses símbolos, o deficiente visual pode realizar a leitura e a escrita de qualquer tipo de texto. Em situações mais simples, o texto em Braille pode ser produzido com a utilização de uma régua especial e um estilete que registra os pontos em uma base que marca os textos marcados (SOUZA, 2008, s.p.).

Tal como a leitura visual, a leitura Braille leva os conhecimentos ao espírito através de mecanismos que facilitam a meditação e assimilação pessoal daquilo que se lê. O Braille permite estudar os quadros em relevo e ler eficientemente os livros técnicos.

A qualidade do ensino do Braille é decisiva para uma leitura destra e para a aquisição de hábitos de leitura. Se os alunos cegos, como as outras crianças, forem motivados para a prática normal e constante do seu método de leitura e escrita, a leitura será rápida e tornar-se-á também mais agradável e instrutiva, porque a atenção, menos requerida pelo trabalho de reconhecimento dos caracteres, irá mais em ajuda do pensamento. Ao acabarem de ler, as crianças e jovens cegos terão aprendido alguma coisa e estarão mentalmente dispostos a partir para novas leituras (LER PARA VER, 2005, s.p.).

Metodologia

A presente pesquisa foi desenvolvida por meio de um estudo de caso realizado com um educador deficiente visual. Foi elaborado um questionário, com o propósito de conhecer os desafios e superações do educador. O local de estudo é uma sala da Secretaria de Educação, em um município do Vale do Paraíba-SP, onde o educador trabalha atualmente ministrando cursos de formação inclusiva para professores. Foram realizadas leituras de referencial bibliográfico para realização do estudo exploratório com análise qualitativa. Os procedimentos para realização da coleta de dados da pesquisa foram obtidos com a realização de um questionário e visita ao local para verificar as condições de adaptação da educadora.

Resultados e Discussões

O sujeito de estudo de caso do trabalho realizado é uma educadora com deficiência visual, com 29 anos, natural de Guaratinguetá. Nasceu com baixa visão. Utilizou o resíduo visual para ser alfabetizada com impressos ampliados. Com o passar do tempo, a visão foi reduzindo e hoje consegue ver apenas claridade, cores com muito contraste bem próximos ao rosto e vultos, de apenas um dos olhos. Essa visão não é funcional para leituras, mesmo em caracteres ampliados, nem para locomoção, nem para uso de computadores sem leitores de tela. Sempre é surpreendida com a pergunta: “O que representa não enxergar para você?” então retorna com outra pergunta: “O que representa enxergar para você!”. Para ela as experiências de “ver” ou “não ver” são muito particulares e individuais. O fato de nunca ter

tido uma visão em 100% não representa que aquilo que já conseguiu ver um dia foi à única referência visual, aquilo era 100% e hoje enxerga com outros sentidos e utilizando outras formas de ver.

A trajetória escolar ocorreu dentro de instituições de ensino particulares. Ingressou no 1º ano do ensino fundamental e, ainda podia ler impressos ampliados devido à baixa visão. Foi alfabetizada junto com seus colegas de turma, por meio da escrita convencional em tinta, porém com adaptações de tipos de escrita ampliada, conteúdo do quadro ditado pela professora e amigos, no esquema colaborativo e adaptações que sua mãe ia fazendo conforme suas necessidades.

Essas adaptações deram origem ao acervo de jogos e brinquedos adaptados. Em uma época em que se falava pouco de inclusão escolar sempre foi aluna, sem quaisquer adjetivos de “especial” ou de “inclusão”. O acolhimento sempre foi significativo e os olhares nunca foram de espanto ou de estranhamento. Em nenhum momento se sentia diferente, por necessitar de algumas adaptações e, por isso, sempre teve as mesmas oportunidades que os demais colegas de turma, quanto a avaliações, prazos para entregar trabalhos, conteúdos, etc. A naturalidade com que as pessoas agiam seria uma grande aula para muitos, que pregam a educação inclusiva baseando-se apenas em teorias. As dificuldades com a leitura, mesmo que ampliadas e, cada vez maiores, aumentava a cada ano e já resultava em desgaste. Foi então que, no final da 6ª série substituiu os impressos ampliados pela escrita e leitura em Braille. Aprendeu o código em quatro meses com uma professora particular e isso a deu uma autonomia incrível, pois conseguia realizar leituras sem o cansaço que a escrita ampliada lhe trazia. Hoje já não consegue identificar impressos.

No final do ensino médio optou por fazer magistério, agora em outro colégio e foi uma experiência fantástica. Conseguiu mostrar, pelo seu próprio esforço que uma pessoa com deficiência visual poderia e pode exercer a docência. Nessa época passou em um concurso (o 1º que fez) e se efetivou. Na sequência entrou para o curso de pedagogia, sendo a 4ª colocada na listagem geral. O curso acontecia na mesma instituição onde havia cursado magistério. Infelizmente foi aí que encontrou as maiores barreiras, talvez barreiras que não eram visíveis, mas as barreiras atitudinais. A resistência de muitos professores pelo novo e a inexistência de suporte e de vontade fez com que o curso fosse muito mais inacessível do que os degraus, rampas e livros impressos que não davam para ler. Como sempre, o suporte da família foi fundamental e sua mãe, matriculada como sua colega de turma, fez com que vencesse mais esse obstáculo. Os cursos de especialização e aperfeiçoamento continuaram e, até hoje fazem parte da sua vida acadêmica, pessoal e profissional. A inclusão se constrói com a prática em transformar as relações entre o imaginado e o possível.

A princípio, no ensino fundamental, enquanto ainda lia impressos ampliados proporcionavam-lhe o conteúdo ampliado e com contornos grossos, com contraste e bem definidos. A adaptação era mesmo o acolhimento e a boa vontade em construir o processo de inclusão da maneira mais natural possível. Ditavam conteúdos do quadro negro. Quando corrigiam, faziam com canetas mais fortes. Amigos ditavam matérias ou liam textos mais longos no trabalho colaborativo. Mapas, gráficos, imagens e cenas eram sempre descritos. Quando passou a utilizar o código Braille tais atitudes foram ainda reforçadas com a vontade, tanto de professores quanto de amigos, em ajudar. Tanto que foi através de uma campanha realizada entre os alunos que ganhou sua primeira máquina Braille. No magistério as adaptações se resumiram em trabalhos em grupo e outras adaptações de ordem pedagógica. Já na pedagogia as adaptações ficam por conta de sua mãe, que gravava os livros lendo em voz alta, ditava os conteúdos, ditava matéria para que escrevesse em Braille, transcrevia suas avaliações e produções.

Foi no final do curso de pedagogia que a tecnologia começou a fazer parte da sua vida e começou a utilizar o seu próprio equipamento (notebook) nas aulas. Durante todo o período

de faculdade recebeu apenas três páginas em Braille, no penúltimo dia de aula antes da apresentação do trabalho de conclusão de curso. Iniciou uma especialização, no ano de 2008 que, por ser tão inacessível teve que desistir e reivindicar seus direitos, pois se recusaram a fazer quaisquer adaptações, mesmo através da tecnologia. Era um curso de Educação inclusiva, o qual foi excluída por apenas serem oferecidos conteúdos impressos ou aulas em PDF em forma de imagens com proteção, alegando ser requisito de segurança. Uma segurança que impede a própria pessoa com deficiência a participar da inclusão pregada pelos materiais do curso. Uma teoria incoerente e inconsistente. Hoje, além deste curso está terminando uma especialização em atendimento educacional especializado pela UNESP.

Desde muito cedo estive cercada por estímulos diversos, seja para a realização das atividades comuns, do dia-a-dia, seja para atividades escolares que exigiam um grande esforço devido à baixa visão. Sua família, bastante presente, fazia com que as dificuldades fossem minimizadas e as coisas se tornassem possíveis. Filha de professora de educação artística e uma apaixonada pelos estudos, desde criança suas brincadeiras sempre estavam ligadas a atividades escolares. O faz-de-conta se transformou em história real, pouco mais tarde quando decidiu fazer magistério. Porém a vontade manifestava-se constantemente, já que conviveu, durante toda sua vida no meio escolar, ouvindo histórias que sua mãe contava e participando ativamente desse universo. Considera que esse foi seu grande estímulo.

Desde os primeiros anos do ensino médio sua escolha já era previsível e pensada. Queria ser jornalista. Com o término dessa etapa de escolarização as possibilidades eram outras. Entre o real e o ideal optou pelo real, que era a carreira do magistério. Na época se tornou a primeira aluna com deficiência visual da instituição. Como já era formada no ensino médio, cursou apenas os dois anos finais do curso Normal. Ainda como aluna do curso foi fazer seu estágio numa instituição especializada em deficiência visual. Nesse mesmo ano, em 2001, prestou seu primeiro concurso, o que a levaria a assumir, no ano seguinte, a vaga de titular de uma classe especial dessa mesma instituição, localizada no município do Vale do Paraíba-SP.

Concomitante ao trabalho e ao ano letivo no curso Normal buscou realizar outros cursos de aperfeiçoamento e extensão fora da sua cidade, que a habilitaram a trabalhar com alunos com deficiência visual. Cursos esses que, aliados a sua experiência pessoal, lhe proporcionaram maiores e melhores condições de atuação no ensino do Sistema Braille, Técnicas para o uso do Soroban e informática com Dosvox. Percebeu que não poderia ter feito escolha melhor, já que por meio da educação seria possível oportunizar à tantos alunos com deficiência visual, maiores condições de acesso e inclusão social; oportunidades que nem todos teriam se não fosse pelo acesso à educação. De 2002 a 2005 cursou Pedagogia.

A cada ano novos cursos surgiam e nunca mediu esforços para se manter atualizada. Sua mãe, uma grande companheira de luta, sempre esteve ao seu lado acompanhando nos cursos, seja no curso Normal, na licenciatura em Pedagogia e nos cursos fora da sua cidade. De 2002 a 2009 atuou em uma escola especial no mesmo município. Nesse período, em que esteve em sala de aula muitas histórias escreveu junto com seus alunos, seja crianças, jovens ou adultos. Atendia desde crianças até adultos já formados, na faixa etária que variava entre 07 a 72 anos. Percebendo a carência de materiais e de profissionais habilitados para trabalhar com alunos com deficiência, decidiu também investir esforços para capacitação e formação de professores.

A primeira turma de “multiplicadores” foi formada pela educadora em 2006, por meio de dois cursos à distância: Dosvox e Grafia Braille. A primeira turma presencial formou-se em 2007. Ainda “em 2007 foi professora do curso de extensão “Inclusão de Pessoas Cegas na Escola e no Mundo Digital””, pela UNESP de Guaratinguetá. Ministrou mais duas turmas de formação de professores em 2008 e 2009. Nesse período teve artigos apresentados em congressos de Formação de Professores e publicados em anais e livros. Passou a divulgar

ações inclusivas através da criação de um blog e convidada a escrever artigos para outros sites, jornais e revistas, além de participar de entrevistas em programas de TV. Um dos livros, de grande relevância, trata-se do “Educação 2009”, publicado pela Humana Editorial, no qual teve dois artigos publicados. Em 2009 foi convidada a integrar a equipe de Educação Especial da Secretaria de Educação do município. Deixou a sala de aula com a certeza de que seu trabalho poderia ser mais amplo e atingir toda a rede municipal para o benefício dos alunos com deficiência visual. Não estaria diretamente com eles, mas de certa forma, indiretamente, trabalharia para a continuidade e expansão desse grandioso trabalho. Integrando a equipe de educação especial passou a ministrar cursos de formação de professores em Grafia Braille para os profissionais da educação, abrangendo toda a rede municipal, o que envolveu equipe gestora, funcionários e professores. Aconteceram três edições deste curso, sendo duas delas em 2009 e uma em 2010. Ainda em 2010 iniciou o processo de implantação das salas de recursos multifuncionais no município. Receberam sete salas que deveriam entrar em funcionamento no início de 2011.

Os trabalhos em 2010 foram extremamente burocráticos, com muitos estudos no que se refere à legislação pertinente às salas de Recursos, levantamento de dados e documentação junto às escolas com relação aos alunos, público alvo da educação especial cadastrados no censo escolar, palestras, criação de protocolos, reunião com supervisores, gestão escolar, professores, criação de uma identidade para nosso trabalho, entre outros. No início de 2011, já com toda documentação organizada, com as classes atribuídas deu início a formação de nove professores que atuariam no AEE.

Foram 40 dias de formação, desde a conceituação básica das deficiências até o preenchimento das documentações pertinentes ao trabalho em salas de recursos. Foi escrita e publicada uma cartilha sobre o Programa VIDA – Vivenciando a Inclusão, Diversidade em Ação, da qual é uma das autoras. As salas de Recursos entraram em total funcionamento em março deste ano e em quase cinco meses de funcionamento os resultados tem sido muito positivos: 55 alunos atendidos, 44 em avaliação e 350 atendimentos.

Hoje continua atuando na equipe de educação especial dando formação, orientação e atendimento às professoras, organizando a implantação e coordenando os trabalhos mais burocráticos de tabulação de dados. Também continua produzindo artigos publicados em diferentes mídias, se atualizando por meio dos cursos e ministrando formação para professores, atualmente com turmas EAD. Entre os anos de 2007 até os dias de hoje já formou 15 turmas de professores, envolvendo aproximadamente 550 profissionais de todo país, já que as formações EAD tem uma abrangência nacional. Dá suporte e consultoria para a criação de cursos em Grafia Braille, acontecidos em outros estados e municípios. Uma das turmas encontra-se em andamento. Em 2011 surgiu o projeto particular Multiplicando Ações Inclusivas. São jogos pedagógicos e brinquedos adaptados sob a perspectiva do desenho universal, para apoiar o ensino do Braille e de estratégias pedagógicas que envolvam todos os alunos por meio do lúdico e do concreto.

Iniciou sua experiência profissional, atuando diretamente com alunos com deficiência visual, seja em processo de alfabetização, seja em processo de reabilitação, ambos envolvendo o ensino do Braille. As experiências sempre foram muito positivas, no sentido não apenas de uma realização pessoal, mas de poder proporcionar a tantas pessoas oportunidades de acesso à informação. Os pontos positivos superaram quaisquer dificuldades e os resultados se podem conferir ao longo da história. Hoje muitos dos que foram seus alunos ingressaram no ensino regular e deram continuidade aos estudos.

Há ainda os que se formaram e hoje exercem a profissão escolhida no mercado formal de trabalho. Outros ainda estão ingressando no ensino profissionalizante ou em cursos de graduação ou pós-graduação. Continua sempre os ajudando e acompanhando no que precisam.

Hoje atua na equipe de educação especial do Centro Interdisciplinar de Assistência Educacional (CIAE), um setor dentro da Secretaria Municipal de Educação. Está nessa função desde maio de 2009 e sempre foi acolhida com muito carinho. Acredita que em um trabalho em equipe não se pode pensar apenas em conquistas pessoais, mas no que se deve construir coletivamente em nome de um grupo, de uma equipe e de um trabalho consolidado.

A “aceitação” ocorreu de uma forma tão natural que, desde o princípio já se sentia parte do grupo. Nunca houve diferenças pelo fato de necessitar algumas vezes de auxílio, como para leitura de documentos impressos, locomoção em ambientes desconhecidos ou com muitos obstáculos, entre outros. Fatos que marcou é que todos os profissionais, sempre “enxergaram” seu lado profissional, independente da deficiência, tanto é que, por vezes, esqueciam de que ela é uma pessoa com deficiência visual e agiam naturalmente, apontando objetos, mostrando figuras, escritos ou imagens, fazendo gestos, entre outros. Atitudes que jamais encarou como “excludente”, muito pelo contrário, se divertia muito com esse fato, pois era resultado de como eles a viam: uma pessoa “normal” e integrada ao grupo.

O relacionamento com os outros profissionais sempre foi colaborativo, tanto por sua parte quanto por parte deles, envolvendo-se bastante com o trabalho e, por isso, tendo às vezes mais contato com alguns do que com outros. Porém a amizade sempre foi presente e marcante.

Por estar envolvida com escola desde cedo, estava familiarizada com o ambiente escolar. Encarou o fato de estar dentro da sala de aula como mais uma conquista, uma realização, o início de uma nova fase e que o seu sucesso não dependia apenas de si, mas de como iria conduzir e envolver todos os alunos nessa história. O seu sucesso também seria medido a partir dos progressos e das conquistas conseguidas com eles. Foi um misto de realização com vontade de fazer a diferença para cada um dos alunos ali presentes. E como tudo o que é novo gera insegurança, o tempo se encarregou de fazer com que as ações fossem se tornando cada vez mais elaboradas e sólidas.

A princípio se viu diante de várias pessoas com deficiência visual, muita delas sem quaisquer perspectivas, porém que tinham muito a oferecer e a conquistar. Aos poucos foi transformando essa realidade, com o exemplo de que a deficiência visual não deveria ser um fator impeditivo, mas foi abrindo caminhos para que superassem esse medo e, como uma “apaixonada” pela educação inclusiva, estar em sala de aula é sempre como a primeira vez, acreditar que se pode doar para o outro, transformar realidades e multiplicar ações. Foi assim, também, quando entrou pela primeira vez em uma sala de aula para capacitar professores. Estaria, ali, diante de muitos profissionais que, a partir dos conhecimentos adquiridos, poderiam ser os multiplicadores dessas ações.

Formar professores em Grafia Braille é acreditar que pode fazer a diferença dentro e fora do ambiente escolar, sendo os multiplicadores das ações inclusivas para as pessoas com deficiência visual.

Acredita que “preconceitos” são frutos de como agimos diante das situações e de como encaramos nossas limitações. A postura diante de tudo o que é oferecido vai determinar como as pessoas agirão. O simples desconhecimento de como agir diante de uma pessoa com deficiência não poderá ser caracterizado como preconceito.

A discriminação sim vem do fato da não aceitação dessa diversidade e de ações afirmativas que venham negar ou impedir as pessoas de participarem de espaços comuns a todos. Seriam barreiras atitudinais que deve quebrar com a conscientização de possuir direitos, mas também deveres de que apesar de não conseguir realizar determinadas tarefas com total independência, poderá ser realizadas com ajuda e aceitá-las quando for preciso. Isso não nega a existência de atitudes “discriminatórias”, nem isenta as pessoas da culpa por fazê-las.

Porém, além de cobrar para que não ocorram, denunciando as atitudes “discriminatórias” existentes, deve-se agir para que elas não tenham um efeito maximizado no convívio social e não se espalhe como uma “epidemia” entre aqueles que se julgam estar dentro do padrão da “normalidade” estabelecido pela sociedade. Apesar de já ter sido vítima de atitudes “discriminatórias” e “preconceituosas” (durante graduação, pós-graduação e trabalho fora de onde atua agora) não deixou que elas invadissem sua vida e marcassem sua história de maneira negativa. Agiu para que elas não se espalhassem e atingissem outras pessoas.

Conclusão

Analisando a situação existente dos deficientes em nosso país, pode-se constatar que nas últimas décadas, foi empreendido esforço por parte da sociedade no sentido de incluir em várias leis o direito à igualdade dos deficientes. A pessoa com deficiência é muito maior do que suas deficiências e suas circunstâncias, não devem ser reduzidas, nem identificadas com seus limites sensoriais, mentais e motores, mas deve ser entendida e acolhida sem eles. Mesmo com respaldo legal, observa-se que a sociedade coloca barreiras atitudinais perante o deficiente, cumprindo somente as obrigações legais.

Abordar a questão da inclusão de um profissional da educação, com deficiência visual, faz-se necessário que a sociedade se mobilize, para que a inclusão aconteça de fato. Incluir não é somente o ato de colocar o educador dentro da escola e sim dar condições para que o mesmo mostre sua capacidade e seu potencial. O educador não tem que se adaptar as condições da escola e sim a escola deve dar estruturas para que ele frequente. É fundamental que se olhe para o deficiente como um profissional capaz de exercer suas funções, agindo naturalmente quando necessitando de auxílio para a realização de suas tarefas, isso faz com que se sinta uma pessoa “normal” e integrada ao grupo.

Entretanto, para que a inclusão do educador com deficiência visual aconteça é necessário que a sociedade se concretize em atos e conhecimentos da deficiência. Respeitar as diversidades e colocar que pessoas com deficiências não são pessoas incapacitadas. Acreditar que preconceitos são frutos de como agimos diante das situações e de como são encaradas as limitações.

Diante de todos os desafios e superações, conclui-se que a educadora com deficiência visual soube defrontar o preconceito e limitações, trabalhando em prol da inclusão, não deixando que marcassem sua história, agindo para que preconceitos não se espalhassem e atingissem outras pessoas.

Referências

ALLI, Sérgio; Thais, SAUAYA. **Inclusive: a deficiência nossa de cada dia**. São Paulo: Editora Salesiana, 2006. 64 p.

- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em
<www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em 10/08/2011
- BRASIL. Decreto Nº 914, DE 6 DE SETEMBRO DE 1993. Disponível em
<www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0914.htm> Acesso em 13/04/2011
- BRASÍLIA. LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989. Disponível em
<www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm> Acesso em 13/04/2011
- CAVALCANTE, Meire. **Educadores como você**. In: Revista Nova Escola, Rio de Janeiro, n. 11, p. 51-55, Outubro. 2006.
- CENSO, 2000. Disponível em
<www.direitoshumanos.gov.br/2011/04/06-abr-2011-conselho-nacional-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia-realiza-a-sua-73a-reuniao-ordinaria-nesta-5a-feira-7-em-brasilia-df> Acesso em 10/08/2011
- CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **MANUAL 2006**, Campanha da Fraternidade. Fraternidade e Pessoas com Deficiência. São Paulo: Salesiana, 2005. 376 p.
- ECA, Lei n. 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Disponível em
<www.saosebastiao.sp.gov.br/cmdca/lei8069-90.htm> Acesso em 13/04/2011
- LARAMARA, DEFICIÊNCIA VISUAL, 2011. Disponível em
<www.laramara.org.br/portugues/conteudo.php?id_nivel1=1&id_nivel2=52&nome=LARAMARA> Acesso em 12/08/2011
- LER PARA VER, SISTEMA BRAILLE, 2005. Disponível em
<www.lerparaver.com/braille_invencao.html> Acesso em 14/08/2011
- MELLI, Rosana. **Educação inclusiva**. In Mantoan, Maria Teresa Eglér (org.) – Caminhos Pedagógicos da Inclusão – Como estamos implementando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras. São Paulo, Memnon, 2001. p. 17-44.
- OIT. Organização Internacional do Trabalho, 1993. Disponível em
<www.oit.org.br/content/sobre-preven%C3%A7%C3%A3o-de-acidentes-industriais-maiores> Acesso em 13/04/2011
- ONU. Declaração dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, 1975. Disponível em
<www.mte.gov.br/fisca_trab/inclusao/legislacao_2_4.asp> Acesso em 12/08/2011
- ONU. Dia Internacional das pessoas com deficiência, 1993. Disponível em
<www.cedipod.org.br/Dia3.htm> Acesso em 12/08/2011
- ONU. Programa de Ação Mundial para Pessoas com deficiência, 1982.
Disponível em <www.mpdft.gov.br/sicorde/legislacao_01_A1_03.htm> Acesso em 12/08/2011
- PASTORE, José. **Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência**. 2001. São Paulo: Ltr, 2001. 245 p.
- PETERS, Susan. **The Politics of Disability Identity**. 2001. **Apud**: PASTORE, José. Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência. 2001. São Paulo: LTr, 2001. p.13

PRIETO, Rosângela Gavioli. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais:** indicadores para análise de políticas públicas. In *Revista UNDIME – RJ*. Ano III, n.º 1, I Semestre de 2002. p. 5

SARTORETTO, Maria Lúcia Madrid. O que é AFAD? In Mantoan, Maria Teresa Eglér (org.) – **Caminhos Pedagógicos da Inclusão – Como estamos implementando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras.** São Paulo, Memnon, 2001. p. 97-112.

SILVA, Ana Maria Antonietti. **Inclusão do portador de deficiência:** O professor de escola regular na perspectiva da inclusão do aluno portador de deficiência. São Paulo: Editora, 2003. 151 p.

SOUZA, SISTEMA BRAILLE, 2008. Disponível em
<www.brasilecola.com/portugues/braille.htm> acesso em 14/08/2011

